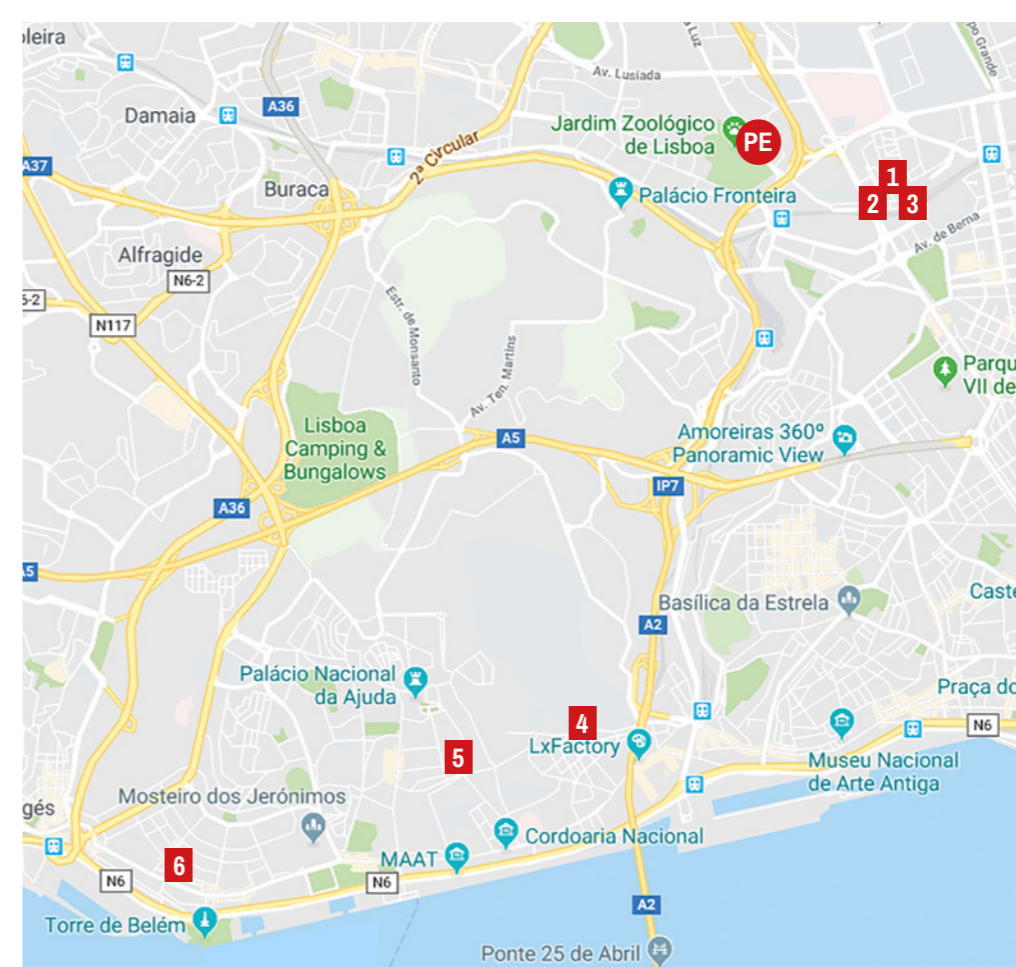


OS CLANDESTINOS

Partido ilegalizado após o 28 de maio de 1926, a continuidade da ação do PCP só foi possível nas mais duras condições de clandestinidade. Para o efeito, contou com um núcleo sólido de funcionários e uma base técnica, constituída por “pontos de apoio”, uma rede de casas clandestinas distribuídas por todo o território nacional, e ainda por tipografias, que possibilitaram a impressão do jornal *Avante!* desde 1931 e outro material de propaganda. Polo aglutinador de toda a atividade

partidária, o arrendamento de uma casa ocorria numa área previamente determinada pela direção do Partido, consoante o trabalho a desenvolver em determinado setor. A defesa das casas clandestinas vai obedecer à observância de severas medidas de defesa, na qual as mulheres vão desempenhar um papel fundamental. A mudança de instalação é frequente e ocorre sempre que se verifique a menor suspeita da vizinhança ou de vigilância policial.



LISBOA A PARTIR DO ALJUBE

OS CLANDESTINOS

Um itinerário pelas casas clandestinas do período da ditadura

ORGANIZAÇÃO

Museu do Aljube
Resistência e Liberdade

COORDENAÇÃO

Vanessa Almeida

Mais informações:

www.museudoaljube.pt / (+351) 215 818 535

Rua de Augusto Rosa, 42,
1100-059 Lisboa

Imagem da capa: Vista da Exposição Permanente do Museu do Aljube, “Reunião Clandestina”.



Vista da Exposição Permanente do Museu do Aljube, “Máquina de escrever”.

*...não há livro nenhum
que nos ensine a defender,
no concreto, uma casa
clandestina.*

Manuel Pedro, *Sonhos de poeta, vida de revolucionário*, Lx, Ed. «Avante!», 2004, p. 197

PE Ponto de Encontro

- 1** R. da Beneficência
- 2** R. Filipe da Mata
- 3** R. Francisco Tomás da Costa
- 4** R. dos Lusíadas
- 5** R. Dom Vasco
- 6** R. Pedrouços





1938 Rua da Beneficência,
nº 180 – 3º andar

Casa clandestina habitada por Francisco de Oliveira “Pavel” e Francisco Miguel, na qual funcionava a redação do *Avante!*, invadida pela PVDE a 10 de Janeiro de 1938, verificando-se a prisão de “Pavel”. É apreendida documentação, panfletos diversos, essencialmente dirigidos à Juventude e às Mulheres, assim como uma pequena biblioteca de livros em espanhol, francês e inglês. Francisco Miguel é preso no mesmo dia, num encontro de rua, junto ao Marquês de Pombal, pela brigada de José Gonçalves. A ação da polícia política conhece largo eco na imprensa da época que noticia, «A luta contra o comunismo. Pode afirmar-se que a Polícia deitou a mão a toda a organização comunista, tendo feito novas prisões e apreensões.» (*O Século*, 12/1/1938)



1942 Rua Filipe da Mata,
nº 133, c/v esq

Casa clandestina habitada por Joaquim Caetano Rebelo e pela sua mulher, Joaquina Gomes Martins, e onde permaneceria durante algum tempo Joaquim Pires Jorge, um dos participantes do movimento reorganizativo do PCP. O casal acabaria por ir montar uma tipografia no Algueirão (Sintra), na qual seria presa Joaquina Martins, a 24 de Novembro de 1942.

Sobre os primeiros anos da «Reorganização», Joaquim Pires Jorge viria a recordar: «Iamos para zonas onde vivíamos com muitas dificuldades e criávamos as organizações, ligávamos os camaradas. (...) Dávamos algumas facilidades. Enfim, era uma clandestinidade que não era clandestinidade nenhuma.» (Joaquim Pires Jorge, *Com uma imensa alegria*, Editorial «Avante!», 1984, p. 40)



1937/38 Rua Francisco Tomás
da Costa, nº 4, r/c

Considerada a primeira tipografia clandestina do PCP, era habitada por Francisco de Oliveira “Pavel”, membro da direção do Partido Comunista e por Francisco Miguel, responsável do Comité Regional de Lisboa. São anos onde se verifica um investimento na propaganda, assim como um aumento da tiragem do *Avante!*, que passou a ter periodicidade semanal.

Nas palavras de Francisco Miguel, «A imprensa do Partido tinha a mais larga tiragem da clandestinidade, e saía com mais frequência. A organização não correspondia, em força e em capacidade, ao volume da imprensa que fazíamos sair. Num certo sentido tínhamos construído um grande castelo sobre a areia.» (Francisco Miguel, *Uma vida na revolução*, A opinião, 1977, pp. 64-65)



1959/61 Rua dos Lusíadas,
nº 8 – 3º esq/fr

Tipografia clandestina que integrava Eduardo Pires, Maria da Glória, o filho de ambos, Carlos Pires e Alice Capela. Aquando do assassinato de José Dias Coelho, a tipografia da Rua dos Lusíadas estava ainda em funcionamento. A proximidade do local do assassinato, assim como o facto de o carro do agente da PIDE José Gonçalves estar numa garagem próxima, justificou o rápido desmantelamento da tipografia.



1953/54 Travessa D. Vasco,
nº 2, 3º esq

Casa clandestina habitada por Sérgio Vilarrigues, que aderiu à Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas em 1932 e ao PCP em 1935. Em setembro de 1934 é preso, passando então por diferentes esquadras de polícia e pelas prisões do Aljube, de Peniche e de Angra do Heroísmo, vindo a incorporar a primeira leva de prisioneiros com destino ao campo de concentração do Tarrafal. Regressa ao continente em julho de 1940 e integra o grupo que promove a reorganização do Partido Comunista. No III Congresso, ocorrido em 1943, é eleito para o Comité Central. Responsável por várias organizações regionais, assume em diferentes períodos a redação do *Avante!*

Foi o último dirigente do PCP a sair da clandestinidade.



1961 Rua de Pedrouços,
nº 69, 3º andar

Casa clandestina habitada por Margarida Tengarrinha, José Dias Coelho e Teodósia Gregório, aquando do assassinato deste, na então Rua da Creche, a 19 de Dezembro de 1961. Após a notícia da morte, Margarida Tengarrinha, que integrava à época a redação do *Avante!*, abandona a instalação e procura apoio junto de intelectuais amigos, assumindo Teodósia Gregório a responsabilidade do desmantelamento da casa.

«No dia 19 de dezembro, ao anoitecer, o Zé saiu de casa onde vivíamos com a nossa filha Guida, a camarada Teodósia Vagarinho e o Zézinho (seu filho e do companheiro Afonso Gregório, que estava preso). (...) Esperávamos que o Zé chegasse a casa à hora do jantar, mas não chegou, nem nos dias seguintes. (...) Quando ele não apareceu em casa no dia de Natal, ficámos com a certeza de que estava preso.» (Margarida Tengarrinha, *Memórias de uma falsificadora*, Lisboa. Ed. Colibri, 2018, p. 77)